

CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE EM BLUMENAU-SC: UMA PROPOSTA INOVADORA

Ana Célia Teixeira de Carvalho Schneider

RESUMO: No Brasil destacam-se as políticas de educação da saúde, amparadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e Diretrizes Curriculares Nacionais da Área da Saúde (DCNs), específicas para os diferentes cursos. Na dimensão constitucional destaca-se a Lei Orgânica da Saúde que define os princípios doutrinários e organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS). No contexto político e administrativo dessas políticas seus executores, Ministério da Saúde e Ministério da Educação, criaram a Secretaria de Gestão e do Trabalho na Saúde (SGTES) que tem como missão “motivar e propor a mudança na formação técnica, de graduação e de pós-graduação”. Dessa forma, constitui-se num processo de educação permanente dos trabalhadores da saúde que considera as necessidades de saúde da população para fortalecer as práticas de atenção à SUS. Neste contexto surgem estratégias interministeriais com uma linha de fomento oferecidos na forma de chamadas em editais públicos principalmente representados pelos programas: Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF); Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e Programa de Educação pelo Trabalho na Saúde (Pet-Saúde). Esses programas fundamentam-se no princípio de que o conhecimento acadêmico deve responder às demandas do serviço e da população simultaneamente e ao princípio constitucional de que o SUS deve ser “ordenador” da formação em saúde. Nessa perspectiva a integração ensino-serviço-comunidade (IESC) assume papel relevante, especialmente em Blumenau-SC que conta com uma universidade pública municipal e uma história de desenvolvimento de projetos de mais de 15 anos. Esta trajetória culminou com o recebimento do Prêmio Nacional InovaSUS, conferido pelo Ministério da Saúde com recursos da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) conferido à Secretaria Municipal de Saúde e à FURB para a proposição de uma política municipal de integração ensino-serviço-comunidade. Serão realizados doze eventos com objetivo formativo, culminando com uma Conferência Municipal de IESC que terá caráter propositivo. Este processo será participativo incluindo segmentos populacionais do controle social, estudantes, docentes, gestores do SUS e das universidades do Município. Destaca-se o caráter inovador na instância municipal como processo político participativo e ascendente, ou seja, a partir dos segmentos populares, organizações sociais e representantes do governo e Estado Brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Educação. Sistema de saúde. Saúde pública.